

O pacto que fracassou

J. CARLOS DE ASSIS

"Ao perguntar ao Ministro qual a proporção dos títulos do Tesouro diretamente comprados pela instituição que os emite (por falta de encontrar adquirentes privados), ele me dá esta precisão espantosa (quero dizer: de que ele próprio se espanta): 40%. Assim, 40% de um déficit (público) que representa em cruzados correntes mais do terço do valor nominal da produção é diretamente financiado pela monetização da dívida. (...)"

Indagando quais os remédios em vista, o repórter ouviu a resposta franca: "Ainda não sabemos", que o levou a observar: "Ele espera, contudo, convencer, depois das eleições municipais de novembro, os parceiros sociais a concluírem um pacto social. Aparentemente, o ministro não está contrariado, sem dúvida por não poder agarrar-se a outro galho, com a recente negociação entre o patronato e um dos sindicatos. O acordo seria feito entre eles para demandar ao Governo que congele as tarifas públicas. Como isso atiçaria o fogo sob a brasa, o Sr. Ferreira da Nóbrega recusou de pronto".

O trecho acima reproduz parte da entrevista do Ministro Mailson a Paul Fabra, do "Le Monde", em setembro de 1988. No dia 27 a assembleia do FMI fora aberta em Berlim. A dívida externa do Terceiro Mundo estava na agenda. Mas a essência da entrevista, publicada no dia seguinte, em Paris, tratava da explosiva inflação brasileira e de sua companheira em duas décadas, a indexação. O Ministro, com uma didática que impressionou o jornalista francês, explicou, "como um teorema no quadro negro (...), o implacável mecanismo da inflação de hoje que gera a inflação de amanhã". E "não apenas ele designa o mal por seu nome, mas reconhece sua verdadeira dimensão, mascarada pelas cifras falsamente sábias dos peritos na matéria e dos próprios economistas do FMI".

Em síntese, não foi por falta de conhecimento técnico que o atual Ministro deixou de fazer o combate frontal ao principal foco de nossa desordem financeira. Com uma sinceridade que não costuma usar com a imprensa brasileira (deve-se nisso desculpá-lo, pois em geral é também mal perguntado!), o Ministro reconheceu que o critério do déficit operacional aceito pelo FMI é um embuste. E ratificou que, pelo critério correto, o nominal, o déficit público deveria alcançar em 1988 a casa dos 36% do PIB.

Isso é importante não por razões acadêmicas, mas por motivos políticos. Não é o déficit público que gera a inflação brasileira. Ele é consequência da inflação. Mas ao apontá-lo como causa fica mais fácil convencer a sociedade da necessidade de reduzi-lo, com corte de gastos sociais e de investimentos governamentais, desde que se possa demonstrar que é pequeno, da ordem de 3% a 5% do PIB. Esta é apenas a medida do déficit no conceito operacional. Entretanto, sendo de 36%, como apontavam as contas nominais em 1988 (hoje já são uns 40%), fica clara a impossibilidade de eliminá-lo por qualquer esforço fiscal convencional, mesmo que duríssimo.

Suponha-se a cessação de todas despesas das administrações públicas nos três níveis. Ainda assim seria

necessário elevar a carga fiscal bruta dos atuais 22% para uns 50% do PIB para eliminar o déficit público, pagando com receita fiscal o serviço das dívidas públicas interna e externa, sua fonte exclusiva atualmente. Suponha-se que se mantêm os gastos públicos nos níveis atuais, inferiores a 10% do PIB; a receita bruta das administrações teria de elevar-se para 60% do PIB!

O Ministro sabia disso, e o confessou ao repórter francês. Pior, confessou também que não sabia qual a saída. A despeito disso, fez um acordo externo com os bancos credores, na mesma época, comprometendo nossas reservas de então e as reservas futuras, geradas por superávit comercial, que nos custou a bagatela de US\$ 20 bilhões, cash, de pagamento de serviço da dívida enquanto durou. Defendeu esse acordo, sem qualquer contrapartida em favor do Brasil, atendendo aos bancos internacionais e sob aplauso unânime de seus sócios e procuradores internos, não obstante a experiência, desde 1983, que indicava uma relação perversa entre saldos comerciais exagerados e a aceleração inflacionária.

Subtraiu ao debate interno a natureza regressiva não só deste acordo, mas também do assinado com o Clube de Paris. E na própria entrevista a Paul Fabra insinua que tentaria manipular um pacto social como quebra-galho da política antiinflacionária, já que não sabia como enfrentar diretamente a questão da armadilha financeira interna.

É importante recuperar o conteúdo dessa entrevista (cuja única menção na imprensa, na época, foi um registro na coluna do jornalista Jânia Freitas) para situar o contexto político em que fracassou a última tentativa do pacto social, agora que se fala em articular-se um outro. Na verdade, o Ministro Mailson não acreditava no pacto como uma instância de negociação das linhas gerais da política econômica, a fim de compatibilizá-las com uma política de rendas consertada socialmente, para controlar a inflação. Nem respeitava a iniciativa independente neste sentido, promovida pela CNI e os sindicalistas de resultados. Ele pensava no pacto como um teatro no qual declarasse suas políticas, soberanamente, deixando aos parceiros sociais o restrito espaço de um acerto de salários e preços.

Era inaceitável para o sindicalismo e para o empresariado consciente da gravidade da crise, e de seus condicionantes externos e internos. Não era para alguns oportunistas vinculados aos interesses bancários de curto prazo. Por isso o pacto fracassou em fins de 88. O que resultou dele, como aborto, foi o Plano Verão em janeiro. Que por não ter sido negociado previamente com os parceiros sociais; que por ter sido baixado como um novo pacote; e que, fundamentalmente, estava mal concebido, embora abençoado pelos mentores ideológicos do Ministro (Ernane Galvães, Mário Simonsen, Affonso Pastore etc), só podia fracassar.

Não foi, enfim, a tentativa do pacto que fracassou. O que fracassou foi a tentativa de fazer dele uma cobertura ideológica para uma política condenada. Isso certamente serve de alerta para orientar a tentativa de agora. O pressuposto fundamental é que todos os parceiros devem dispor-se a negociar de boa fé, abertamente, a começar do próprio Governo.